

INSALUBRIDADE AMEAÇADA NAS IFES



Páginas 5 e 6

**29º Congresso do ANDES-SN
acontece em Belém**

Página 4

**Especialistas
refutam a
criação de
aterro sanitário
em Seropédica**

Página 2

**Aposentado
poderá manter
vínculo com a
CAPES, diz
portaria do MEC**

Página 7

**Trabalho e
carreira docente
em debate na
UFRRJ**

Em dezembro, a ADUR-RJ recepcionou o Prof. Luiz Henrique Schuch (foto), da



Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas - ADUPPel, para proferir palestra, cujo tema era: **Trabalho Docente e Carreira nas IFES**. Ele esteve pela manhã no campus de Seropédica e, à tarde, no Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu.

Página 3

Especialistas discutem os riscos da criação de aterro sanitário em Seropédica

No final de 2009, a Diretoria da ADUR-RJ organizou uma mesa redonda, com a presença de especialistas, para discutir os riscos da criação do aterro sanitário em Seropédica. A pesquisadora da Embrapa e presidente do Conselho da Cidade, Dra. Rosângela Stralio, e o Prof. Dr. Mauro Guimarães (IM/UFRRJ) puderam esclarecer à plateia sobre os prejuízos ambientais, econômicos e sociais da instalação de um aterro no município, que receberia, inclusive, lixo hospitalares e industriais.

Inicialmente, a pesquisadora Rosângela Stralio expôs o assunto didaticamente, apresentando, em datashow, um estudo em conjunto com os docentes da UFRRJ Maria Hilde de Barros Góes e Décio Tubbs, contendo informações e mapas relevantes para fundamentar a discussão. Explicou que a antiga legislatura da Câmara de Vereadores de Seropédica aprovou rapidamente em todas as Comissões a criação do aterro em uma região cujo subsolo abriga o aquífero de Piranema.

Rosângela Stralio alertou que a área é extremamente vulnerável, principalmente porque o aquífero (reservatório de água potável) se encontra em meio à rocha sedimentar fraturada – facilmente permeável. O lençol freático poderia ser contaminado com resíduos sólidos e chorume. Além disso, outro agravante para o aterro seria a sua proximidade com muitos rios não poluídos da região, que recarregam o reservatório natural de água. Segundo a pesquisadora, as autoridades municipais já foram devidamente comunicadas dos prejuízos do aterro ao ambiente e à sustentabilidade do município e adjacências, à economia, ao cotidiano da população e ao desenvolvimento urbano da cidade, pois, a área escolhida para a recepção de resíduos fica próxima ao Arco Metropolitano e ao Porto de Itaguaí.

De acordo com Rosângela Stralio, um

aterro sanitário nunca poderia ser planejado em uma região de baixada – mais propícia à inundação e à dispersão de contaminantes. Ela criticou o fato do Rio de Janeiro não ter um programa efetivo de coleta seletiva de lixo e disse que é urgente que se pense neste tema de grande importância para a política pública.

O Prof. Mauro Guimarães também abordou os prejuízos que a construção do aterro trará para Seropédica e se comprometeu a levar a discussão para o Instituto Multidisciplinar/Campus da UFRRJ em Nova Iguaçu. Ele enfatizou que o problema do lixo é uma questão emblemática para as sociedades de consumo modernas, que não sabem o que fazer e não têm uma política eficiente e um plano para pensar em o que deve se fazer com os dejetos. Observou que é preciso haver uma política de educação ambiental ampla, porque casos como o de Seropédica não são isolados.

Segundo o professor, o agravante vivido pela população deste município é essencial para que se discuta o lixo em sua dimensão planetária. “Não cabe mais pensar a sociedade de forma partida”, falou o docente, que ressaltou o direito da população ao acesso à informação qualificada, não podendo ser ludibriada por governantes.

A vereadora Maria José Sales Ferreira, presente na plateia, foi convidada a integrar a mesa pela Profa. Ana Cristina Souza, presidente da ADUR-RJ. Ao mediar o debate, a docente explicou que a Associação de Docentes da UFRRJ enviou um ofício à Câmara de Vereadores de Seropédica, convidando um representante para compor a mesa do evento. Contudo, a ADUR-RJ não recebeu resposta ao documento encaminhado. A vereadora Maria José fez



duras críticas à instalação do aterro em Seropédica e conclamou a população do local à mobilização e à resistência para que não seja concedida a licença de instalação do aterro à empresa que pretende explorá-lo em Seropédica com o aval do governo e de técnicos do Estado do RJ.

Após as explanações, o plenário se manifestou e declarou o descontentamento com a construção do aterro, apresentando propostas como o fechamento de rodovias para manifestações. Salientou-se ainda, que, para além do lixo, Seropédica deve exigir saneamento básico e tratamento do esgoto.

Diante das considerações do plenário, a Profa. Edna Riemke de Souza (UFRRJ) sugeriu a organização de uma Comissão de Trabalho, cuja responsabilidade seria a elaboração de uma cartilha, em linguagem acessível e didática. O objetivo é divulgar o material no município e proximidades, principalmente nas escolas, explicitando a gravidade do aterro sanitário na região. A ADUR-RJ está recebendo inscrições daqueles que têm interesse em integrar os trabalhos e também encaminhará documento aos órgãos federais, denunciando o descaso do governo estadual do RJ e sua permissividade diante da prática de crime ambiental. **INSCREVA-SE!**

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). CEP: 23.851-970 – Caixa Postal: 74.537
Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464. E-mails: adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. Conselho Editorial: Professores Ana Cristina S. dos Santos, Eliane M. dos Santos, Victor C. Rodrigues, Sílvia Maria M. Gonçalves, Ricardo L. L. Berbara, José dos S. Souza, Rosane F. de Oliveira e Célia R. Otranto.
Redação, edição e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). Fotolito e impressão: News Tech Tiragem: mil exemplares

ADUR-RJ promove seminário na UFRRJ para debater trabalho docente e mudanças que o governo pretende impor à carreira

Recentemente, o governo federal publicizou a proposta que prevê alterações significativas na carreira docente, como a flexibilização da dedicação exclusiva (D.E) e a criação de uma nova classe: professor sênior.

A situação é grave e pode trazer sérias consequências para as atividades docentes, principalmente no que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A proposta do governo federal também põe em risco a qualidade da Universidade Pública e a formação dos estudantes.

Consciente da gravidade do tema, a Diretoria da ADUR-RJ convidou o Prof. Luiz Henrique Schuch - 1º Vice-Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPe) e ex-dirigente do ANDES-SN, para proferir uma palestra sobre o assunto na UFRRJ, nos *campi* de Seropédica e de Nova Iguaçu, em dezembro passado.

Carreira docente e trabalho nas IFES



O Prof. Luiz Henrique Schuch demonstrou a forte relação entre o projeto de carreira docente do governo federal com uma dada proposta de Universidade, que fere os princípios, há muito, defendidos pelo ANDES-SN.

Inicialmente, o palestrante recuperou alguns documentos importantes para traçar um histórico da construção da carreira docente em meio ao funcionalismo público federal. Citou artigos do Plano Único de Classificação e

Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), da Lei nº 7.596 de 10 de abril de 1987 e da Constituição Federal para demonstrar que há respaldo jurídico, garantindo a autonomia universitária, a isonomia e paridade salarial entre servidores da ativa e aposentados, a prioridade à dedicação exclusiva e a especificação das atribuições docentes. De acordo com o artigo 3º da Lei nº 7.596, são consideradas atividades acadêmicas próprias dos professores do magistério superior: “as pertinentes às pesquisas ensino e extensão que, indissociáveis visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura”.

De acordo com o Prof. Luiz Henrique Schuch, ao longo dos anos, as diversas administrações que estiveram à frente do governo federal adotaram políticas que, de certa forma, representam um retrocesso para as garantias constitucionais, no que se refere à saúde, cultura e, principalmente, à educação. “Os direitos individuais passaram a ser tratados como produtos. Educação deixou de ser dever do Estado para ser concebida como mercadoria”, falou o palestrante.

Historicamente, os governos brasileiros têm se afinado com o capital internacional, adotando estratégias que distanciam o Estado do seu papel social. “Embora se aproveitem de discursos e de símbolos construídos pelas lutas empreendidas pelos movimentos sociais organizados, o governo tem tratado as Instituições Federais de Ensino Superior como se fossem repartições que devem apenas cumprir metas. Os ataques à qualidade do ensino e à carreira docente são empreendidos de forma fragmentada, visando desmobilizar a categoria e eliminar alguns princípios e paradigmas que ainda nos protegem constitucionalmente”, explicou Schuch.

Segundo o docente, a Medida Provisória 431 (maio de 2008) - que reestrutura carreiras dos servidores públicos federais - vinculou uma parcela importante do salário ao cumprimento de determinadas metas, impostas pelo governo. Um ano antes da MP 431, já havia sido decretado

“A reconstrução do espaço público devido à educação, entendida como a produção do conhecimento humano, social e histórico, precisará ser conquistado por ação política”, diz Schuch.

o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que prevê: a ampliação do número de discentes na Universidade, o aumento dos concluintes em 90%, a alteração das estruturas organizacionais (criando a função de gestores nas IFES). O REUNI e a MP 431 trazem ainda como consequência a precarização e a desvalorização do trabalho docente e o aligeiramento da formação acadêmica do estudante.

Para o palestrante, outros ataques aos professores e à instituição pública se manifestam na modificação das relações de trabalho, na redução do vencimento básico e na decomposição salarial em gratificações, na desvalorização do aposentado e na desconstituição dos direitos permanentes, como a proposta apresentada pelo governo que flexibilizará a DE. “O governo pretende fixar o cumprimento de metas por nível e por classe, acelerando o processo de destruição da Universidade e da carreira dos professores. Criará a classe de professor sênior, que será alcançada pela maioria daqui a oito anos. Não pretende reparar as perdas dos aposentados. Será o fim autonomia institucional, da isonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, já que o professor não precisará mais cumprir a dedicação exclusiva e poderá se atrelar a projetos financiados pela iniciativa privada, corroendo a Universidade. Passaremos da nossa condição autônoma à heterônoma”, concluiu.

29º Congresso do ANDES-SN será em Belém

Por Prof. José Carneiro*



Pela primeira vez, Belém vai sediar um congresso anual do Andes-SN, a ocorrer no período de 25 a 31 de janeiro do próximo ano. A Associação dos Docentes da UFPA (Adufpa) será a anfitriã do importante evento, o 29º, que deverá contar com mais de 500 participantes, entre delegados, observadores e convidados de todo o Brasil.

O Congresso anual do Andes é a instância deliberativa máxima do sindicato representante da categoria de docentes do ensino superior do Brasil. Este 29º Congresso representa um importante momento para o sindicato nacional dos docentes, que vem superar entraves especiais criados pelo governo numa tentativa de reduzir a defesa veemente que sempre fez dos interesses dos seus associados. Uma dessas lutas disse respeito à carta sindical do Andes, suspensa arbitrariamente pelo governo federal e repostada depois de incessantes e extenuantes embates, que envolveram as sessões sindicais de todo o país, articuladas em torno da defesa do sindicato, afinal vitoriosa, com o reconhecimento pelo próprio Ministério do Trabalho da representatividade e legitimidade do Andes.

O tema principal a ser discutido no 29º Congresso tem por título *“Contrarreforma Universitária, ataques à carreira e ao trabalho docente: desafios do Andes-SN na luta em defesa da universidade pública”* e sintetiza todo o espectro da luta que o sindicato nacional dos docentes vem encetando, a fim de impedir que medidas sub-reptícias emanadas do governo federal ponham em risco anos e anos de trabalho em defesa de uma categoria esbulhada, mas resistente.

Esse tema define claramente não só o presente, mas o futuro da categoria, porque está em gestação uma reforma universitária que, mais uma vez, solapa a autenticidade de uma universidade que se quer pública, plural e de qualidade, com perfeita associação entre a pesquisa, o ensino e a extensão, tripé ameaçado pelas medidas planejadas pelas autoridades que regem a educação pública no Brasil.

O 29º Congresso do Andes mostrará ao país, com vigor e determinação, sua posição contrária a quaisquer arranjos que alterem os ganhos conquistados pela categoria docente em mais de 30 anos de luta sindical organizada, ao mesmo tempo em que proclamará seu estado de alerta e de enfrentamento em defesa dos princípios mais solenes que devem nortear a carreira dos docentes nas universidades. São princípios dos quais o Andes e seus representados nunca se afastarão e que deverão ser renovados e reiterados por ocasião do 29º Congresso.

O Andes representa mais de 60 sessões sindicais em todo o país, com total de filiados que supera a casa dos cem mil. Será um dos maiores e mais importantes congressos do Andes, que a Adufpa está se esforçando para que corresponda ao destaque verificado por ocasião da escolha de Belém sediar o evento.

**Jornalista, professor aposentado, cientista político e diretor de Interiorização da Adufpa.*

Delegação da ADUR-RJ participará do Congresso do ANDES-SN

Conforme decisão de Assembléia do dia 15 de dezembro de 2009, a ADUR-RJ enviará delegação para o 29º Congresso do ANDES-SN. A seção sindical será representada pelos docentes: Ana Cristina Souza dos Santos, José dos Santos Souza, Silvia Maria Mello Gonçalves, Rosane Ferreira de Oliveira (membros da diretoria 2009-2011), Celia Regina Otranto, Ramofly Bicalho e Regina Cohen Barros.

O Prof. Luis Mauro Sampaio Magalhães participará do evento como o 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN.

Caderno de Textos está pronto

O Caderno de Textos, que servirá de base para as discussões do 29º Congresso, já está pronto. Ele pode ser acessado em www.andes.org.br. As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados foram encaminhadas por e-mail ao ANDES-SN. Os textos enviados até o dia 6 de janeiro de 2010 também serão remetidos à análise da base da categoria, por meio do anexo ao Caderno de Texto.

Encerrado esse prazo, as demais sugestões encaminhadas só poderão ser submetidas à discussão no evento se aprovadas pela Plenária de Instalação. Para isso, os proponentes devem apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da apreciação das sugestões no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados. Esta é a prova do caráter democrático do 29º Congresso do ANDES, o qual permite a participação dos seus filiados nas decisões.

Fonte: Jornal da ADUFPA - dez. 09

Insalubridade ameaçada nas IFES

Mais de 30 docentes não receberam gratificação na UFRRJ

Professores e servidores técnico-administrativos da UFRRJ que fazem jus à gratificação de insalubridade/periculosidade estão apreensivos em relação ao pagamento do benefício. Em janeiro, mais de 30 docentes observaram que o adicional de insalubridade/periculosidade foi cancelado do contracheque. O mesmo aconteceu com 128 técnicos, como informa o sítio do SINTUR (www.sintur.org.br). De acordo com o Sindicato dos Técnicos, desde 16 de dezembro, os funcionários da UFRRJ estão em greve por tempo indeterminado. Existe ainda a informação de 11 de janeiro, de que o SINTUR entrará com um mandado de segurança coletivo para garantir o pagamento do adicional aos funcionários.

A origem da celeuma se deu a partir do memorando circular nº50/09-GR, de 2 de dezembro do ano passado, encaminhado pela Administração Superior aos dirigentes dos Institutos e Chefes de Departamento da UFRRJ. O documento determinava o envio de informações referentes à situação de trabalho dos professores e dos técnico-administrativos no que diz respeito às condições insalubres até o dia 15/12/09, ao Departamento de Pessoal da Universidade. Para tanto, os diretores de Instituto deveriam considerar uma planilha e preencher os seguintes dados: nome do servidor, se ele estava ou não em condição insalubre, número de horas por dia e por semana em que o servidor estava exposto à essa condição.

Segundo o documento, se as informações sobre cada servidor não fossem encaminhadas até o prazo previsto, poderia haver corte da gratificação de insalubridade/periculosidade. Também

havia a informação de que *“mesmo cumprindo os prazos não teremos a garantia de efetuar todos os lançamentos no mês de dezembro. Os servidores cujos lançamentos forem efetuados após os prazos deverão receber a gratificação posteriormente, com efeitos retroativos”*.

O memorando circular supracitado mencionava que as informações sobre as condições de trabalho dos servidores da UFRRJ levava em consideração as mensagens nº535072 (10/11/09) e nº526891 (19/11/09) do SIAPE COMUNICA, que versam sobre deliberações do Ministério do Planejamento (MPOG).

De acordo com o primeiro documento, a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG informa *“que, a partir da abertura da folha de pagamento normal de dezembro de 2009 estará proibido o uso da movimentação financeira on line, sequência de 1 a 5, para pagamento dos adicionais de insalubridade, periculosidade, ionizante, raio-x, adicional noturno, adicional por serviço extraordinário noturno, conforme preconizado pelo comunica geral nº526891, transmitido em 19/11/2008, (...) que fixou como data limite para atualização do módulo a folha de fevereiro de 2009”*.

Diante dos transtornos causados pelos documentos citados, o Prof. Edson de Pinho da Silva, Chefe do Departamento de Física da UFRRJ, compareceu à Assembléia da ADUR-RJ do dia 15 de dezembro e explicitou suas dúvidas em relação ao memorando que recebeu da Reitoria. O docente afirmou que não



gostaria de prejudicar os trabalhadores do Departamento e questionava à Associação quanto aos procedimentos que deveria adotar para encaminhar as informações necessárias ao Departamento de Pessoal da Universidade.

A Diretoria da ADUR-RJ, recém empossada, tomou ciência do assunto na semana da assembléia e levou o tema para discussão. Foi deliberado pelos presentes que a ADUR-RJ deveria orientar aos chefes de departamento que a procurassem, que ratificassem as condições de insalubridade de seus subordinados, uma vez que qualquer parecer sobre a questão compete a um profissional da área e não ao Chefe de Departamento e/ou Diretor de Instituto.

Foi lembrado ainda que tema é de competência do ANDES-SN, pois, diz respeito não apenas à UFRRJ, mas também às demais Instituições Federais de Ensino Superior.

Orientações da assessoria jurídica sobre a gratificação de insalubridade/periculosidade

Ainda em dezembro, após a assembléia do dia 15, a Diretoria da Associação de Docentes consultou ao advogado da seção sindical, Dr. Marcelo Chalréo, para que apreciasse o teor do memorando circular nº50/09 GR, emitido pela Reitoria.

No dia 22 de dezembro, o advogado apresentou suas considerações sobre o tema da insalubridade/periculosidade, enfatizando que a Reitoria da Universidade precipitou-se em encaminhar a circular supracitada aos diretores dos Institutos e Chefes de Departamento, provavelmente por ter sido pressionada pelo Ministério do Planejamento por meio das mensagens nº535072 (10/11/09) e nº526891 (19/11/09) do SIAPE COMUNICA.

Segundo Marcelo Chalréo, a Universidade Rural já deveria estar de posse das informações sobre as condições de trabalho dos professores e técnicos da Instituição. Ainda segundo o advogado, não compete aos dirigentes, que, embora nesta condição são professores, emitirem qualquer parecer sobre o tema.

Marcelo Chalréo menciona o fato de este assunto ter sido debatido no último Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, realizado em Brasília no dia 20 e 21 de novembro de 2009. Segundo o advogado, uma das orientações do Sindicato Nacional é a de que as Universidades Federais devem dispor do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, “*que, atendendo às normas legais existentes, disponham, sobre as condições de insalubridade, periculosidade e penosidade, bem como trate o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)*”.

De acordo com o relatório do Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN (Circular 336/09), o Sindicato Nacional orienta que as seções sindicais cobrem “*das Instituições de Ensino Superior o mapeamento das condições de salubridade e condições de risco em todos os setores dos campi e das atividades externas. Que esse mapeamento seja realizado com acompanhamento de assistentes técnicos peritos na questão, caracterização das situações segundo as normas dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, o que feito, facilita a garantia dos direitos à aposentadoria especial*”.



AG da ADUR-RJ aprova ação judicial para garantia da insalubridade

Em 7 de janeiro, a ADUR-RJ realizou uma nova assembléia. Na ocasião, o tema da insalubridade foi debatido pelos presentes, que questionaram o corte da gratificação dos funcionários - docentes e técnicos - da UFRRJ. Foi deliberado que a ADUR-RJ deve acatar o encaminhamento do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, bem como **dar entrada em ação judicial coletiva para garantir o pagamento da gratificação de insalubridade/periculosidade para os docentes**, até que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro disponha de laudos técnicos adequados, nos moldes do que solicita o Sindicato Nacional. **A ADUR-RJ acionará o advogado para consultá-lo em relação aos trâmites da ação e sobre quais as orientações que devem ser prestadas aos professores.**

A Associação de Docentes interpelará a Reitoria, questionando qual o destino da Comissão para Assuntos de Insalubridade, instituída anteriormente pela Administração Superior, e quais as conclusões do trabalho. A ADUR-RJ cobrará à Reitoria o mapeamento das condições de insalubridade e de risco em todos os setores dos campi e das atividades externas.

Estão em atividades ou operações insalubres os trabalhadores que estejam expostos aos agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Aposentado poderá manter vínculo com a CAPES

O Diário Oficial da União publicou, em janeiro, a Portaria nº3, que modifica a redação da Portaria nº68 de 2004, e define, para efeitos da avaliação da pós-graduação, as categorias de docentes dos programas deste nível de ensino.

Entre as modificações, a portaria apresenta a nova redação do Parágrafo 3º do Artigo 2º, quando se determina que o docente que permanecer desempenhando atividades próprias de Docente Permanente junto aos programas de pós-graduação da sua instituição de origem e ao qual estava vinculado por ocasião de sua aposentadoria, continuará sendo considerado pela Capes no núcleo permanente, independentemente da natureza do novo vínculo estabelecido com a instituição de ensino.

A publicação também esclarece, no novo parágrafo 5º, que por ocasião das avaliações dos programas, o enquadramento dos docentes aposentados será objeto de particular análise, sendo requerido dos programas justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos de integrantes desta categoria verificadas no curso de cada ano.

A portaria recomenda ainda que os programas de pós-graduação façam constar em seus regimentos regras bem definidas sobre credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes.

Diário Oficial da União
Edição Número 5, de 8 de janeiro de 2010.

Ministério da Educação
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
PORTARIA Nº 3, DE 7 DE JANEIRO DE 2010

Modifica a redação do §3º do art. 2º da Portaria CAPES nº 068, de 03 de agosto de 2004, e acrescenta os §4º e §5º.

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007, publicado no DOU do dia 21 subsequente, resolve:

Art. 1º O artigo 2º da Portaria nº 68, de 3 de agosto de 2004 passa a vigorar com a nova redação do §3º e inserção dos parágrafos 4º e 5º.”

Art. 2º

§3º O docente que permanecer desempenhando atividades próprias de Docente Permanente junto aos programas de pós-graduação da sua instituição de origem e ao qual estava vinculado por ocasião de sua aposentadoria, continuará sendo considerado pela Capes no núcleo permanente, independentemente da natureza do novo vínculo estabelecido com a instituição de ensino, sem as restrições do §2º deste artigo.

§4º A estabilidade do conjunto de docentes permanentes do programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemáticas pela Capes.

§5º Por ocasião das avaliações dos programas, o enquadramento dos docentes aposentados será objeto de particular análise, sendo requerido dos programas justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos de integrantes dessa categoria verificadas no curso de cada ano. Para tanto, é recomendável que os programas de pós-graduação façam constar em seus regimentos regras bem definidas sobre credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

Sansão David Luiz Raimundo: PRESENTE!

Nos primeiros dias de 2010, familiares, amigos e colegas da UFRRJ foram surpreendidos com a triste notícia sobre o falecimento do Prof. Sansão David Luiz Raimundo, em 2 de janeiro. Aposentado, atuou como professor no Instituto de Biologia da Rural e desempenhou várias funções administrativas na Universidade. Ele foi aluno da primeira turma de História Natural da instituição e desde 1969 esteve ligado à UFRRJ.

Consciente da importância dos desafios políticos, o Prof. Sansão, há mais de duas décadas filiado à ADUR-RJ, contribuiu ativamente com as lutas do Movimento Docente. Ao longo destes anos, atuou como membro do Conselho de Representantes, da Comissão de Saúde e do GTSS/A – Grupo de Trabalho em Seguridade Social/ Assuntos de Aposentadoria desta seção sindical, deixando como legado, além da sua participação generosa, sua gentileza, alegria e solicitude com todos.

A Diretoria e os funcionários da ADUR-RJ, consternados, manifestam o seu pesar diante da partida prematura de um filiado e amigo querido e expressam sua solidariedade aos familiares do Prof. Sansão David Luiz Raimundo.

RESENHA: O estranhamento na prática universitária

O professor Sguissardi leciona no ensino superior e pesquisa-o desde o início da década de 1970. Atualmente forma pesquisadores na UNIMEP. O professor Reis já foi Coordenador de um Curso Superior, assim como pesquisava no campo do trabalho e políticas educacionais desde o início da década de 1980. Agora ele exerce a docência e forma pesquisadores na UFSCar.

Aqui há o encontro desses dois professores com mediações históricas com cerca de quatro décadas que se condensam e objetivam-se nas reflexões produzidas pela pesquisa do trabalho intensificado de 49 professores nas federais, da região sudeste entre os anos de 2006 e 2008. Não se trata de um simples ensaio da prática universitária de algum neófito.

Reis já nos asseverava em 2003 o desenvolvimento desigual e combinado que o capital impunha no metabolismo social no mundo. (...) As modificações econômicas e extra-econômicas são elaboradas e desenvolvidas conjuntamente. (...)

No Brasil, tal fato é caracterizado com a Reforma do Estado promovida pelo ex Ministro Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, também. Com Chesnais, os autores entendem que a mundialização da economia inaugurada na década de 1970 exigiu conjuntamente uma reforma do Estado. A lógica do capital tornou-se mais intensa nas organizações e nas instituições sociais com os princípios da efetividade e da eficiência. (...) Bresser Pereira foi aquele que buscou legitimar e legalizar a mercantilização da universidade estatal. Assim, vê-se nesse momento, com a legalização da dimensão estatal/mercantil as prestações de serviço proliferaram nas universidades estatais públicas.

Haja vista que ao invés de fazer ciência com poder crítico a universidade pública estatal, a partir de convênios com empresas privadas, reforça o ajuste social à favor do capital, na medida em que ao invés de exigir o aumento do investimento do fundo público na educação superior busca no mercado por meio de parcerias a complementação financeira favorecendo o ajuste fiscal. Fato aconteceu no governo de FHC e com continuidade no governo Lula.

Há múltiplas determinações que Sguissardi e Reis revelam para caracterizar, explicar e analisar o estranhamento dos professores das universidades em relação à si, em relação ao outro

e em relação à realidade. Sejam os Hospitais Universitários transformados em Organizações Sociais de Interesse Público e buscando na “sociedade civil” os meios para a resolução dos seus problemas materiais, as políticas focais, financiamentos de ONGs, por meio do CNPq, (dirigidas por professores universitários para conquistarem alguma complementação em seus proventos) para promover inclusão social e econômica, mantendo-se a desigualdade de classe no campo e na cidade.

Todavia, a regulação-avaliação da produtividade na pós-graduação fez com que fosse assumido uma formação desumana na universidade pública estatal. Embora em cada universidade pesquisada pelos autores exista sua singularidade construída por meio de sua história há uma identidade entre elas, na medida em que a pós-graduação a partir do modelo Capes de avaliação dos anos 1996/1997 ditou regras legitimando e legalizando o produtivismo acadêmico. Esse intensifica o estranhamento do professor em sua prática universitária. Procurar as revistas IA na avaliação da Capes e nela publicar o seu artigo tornou-se a mercadoria de consumo, a mercadoria desejada de nossos professores nas suas práticas universitárias.

“O professor pesquisador já a incorporou de tal forma que, para ele, tornou-se natural não ter tempo para o laser, para a família, para o legítimo, necessário e humano descanso do final de semana. Seu trabalho converteu-se em sua droga cotidiana, sua paixão. Muitos trabalhos ou “obrigações” de ofício, tomados messianicamente como missão, têm-nos levado à exaustão, isolando-os inclusive de sua própria família.. (...)”

Os professores pesquisadores atuam na docência, pesquisa e extensão, dão aulas na graduação e na pós-graduação, preparam aulas, corrigem provas, atendem seus alunos; fazem suas pesquisas, relatórios de pesquisas, artigos e livros para publicação; orientam e, como se verá adiante, em face de sua condição salarial, buscam complemento prestando serviços num tempo e espaço comprimidos, com graves conseqüências para sua saúde, para suas relações familiares em razão da jornada de trabalho extra em casa e nos finais de semana, dentre muitas outras...”(SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009).



SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *O trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Editora Xamã, 2009.

O excerto acima caracteriza o estranhamento em relação a si que a prática universitária vem promovendo em seus docentes. (...) Nota-se que os editais do CNPq direcionam as pesquisas na Universidade Pública no sentido de atender os interesses exógenos do capital. Enquanto a Capes a partir de critérios de avaliação promove a cultura do produtivismo acadêmico. Os intelectuais públicos, os educadores engajados foram substituídos pelos professores pesquisadores profissionais, a partir da década de 1990, e com isso a autonomia universitária foi sendo lentamente suprimida. Os professores exercem sua prática universitária estranhos à si, estranhos aos outros e estranhos à realidade.

Sguissardi e Reis indicam a necessidade de reconhecer as razões da realidade posta na atual prática universitária. (...) Isso talvez permita-nos lutar contra o pragmatismo que nos faz professores estranhos à Universidade assim como estranhos aos aspectos fundantes da economia-política que promovem as reformas do Estado entre elas a universitária com a respectiva intensificação do trabalho docente.

ADAPTADO DA RESENHA DE CARLOS HENRIQUE FERREIRA MAGALHÃES, Doutor em Educação pela UFScar e professor do Departamento de Física da Universidade Estadual de Maringá.